

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

O ano que mudou a forma de enxergar a natureza

O Dia do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, ganhou ainda mais importância em 2024, quando o Rio Grande do Sul enfrentou a maior catástrofe climática de sua história



DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Porto Alegre, Quarta-feira, 5 de junho de 2024

AO LEITOR

O 5 de junho mais triste da história do Rio Grande do Sul



O alagamento decorrente da chuva intensa que atingiu o Rio Grande do Sul desolou a maioria das cidades gaúchas, incluindo Porto Alegre, onde diversos bairros foram afetados, como o Azenha, retratado na imagem acima

No fim de abril e início de maio, os gaúchos se depararam com chuvas volumosas sem imaginar que viveriam um colapso. Mais de 30 dias depois do início das precipitações, alguns números atestam por que a enchente se transformou no maior desastre climático já visto no Rio Grande do Sul: estragos em 476 dos 497 municípios, mais de 170 mortes e 2,5 milhões de pessoas diretamente prejudicadas, enquanto que 44 continuavam desaparecidas. No auge das cheias, cerca de 800 abrigos acolheram mais de 80 mil pessoas.

Esse é o 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, mais triste da história do Estado, mas também pode ser um marco de virada. Conforme

especialistas ouvidos pela reportagem d este caderno especial, as catástrofes ambientais exigem esforços coordenados de toda a sociedade: empresas, governos, pesquisadores, formadores de opinião e cidadãos. Criado em 1972, o Dia do Meio Ambiente é o principal veículo das Nações Unidas (ONU) para incentivar a conscientização e a ação mundial em prol do meio ambiente. Enquanto os gaúchos lidam com uma inundação histórica trágica, o foco escolhido pela ONU este ano é a desertificação e a resiliência à seca.

Do outro lado do mundo, a Arábia Saudita concentra as atividades deste 5 de junho a nível global. O lema da campanha aproxima lá e cá, mais

parecendo um chamado a todos os gaúchos: “Nós Somos a #GeraçãoRestauração”.

Ao longo das próximas páginas, os leitores e as leitoras do **Jornal do Comércio** encontrarão um conteúdo que reflete justamente essa necessidade de diálogo. Foram consultados professores, empresas e gestores públicos.

Ficou ainda mais clara, a partir desta tragédia, a necessidade de esforços conjuntos para encontrar as melhores soluções. Se priorizarmos apenas um interesse, sabemos que o futuro será desastroso. O presente nos mostrou isso. Precisamos ter a humildade e a inteligência de aprender com o que estamos vivendo. Pelo bem de todos!

ÍNDICE

As enchentes e a face dolorosa do ESG	3
Gestão ESG ganha ainda mais relevância	4
A relação entre a natureza e o progresso	5
‘É o momento da academia demandar o Estado’	6
Retratos de um capítulo histórico para as marcas	8
‘Podemos enfrentar situações assim em melhores condições’	10
Mudanças climáticas: a pergunta que deve ser feita	11
Construir um futuro sustentável é uma necessidade urgente	12

EXPEDIENTE

■ **Editor-Chefe:** Guilherme Kolling (guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br) ■ **Editor-executivo:** Mauro Belo Schneider (mauro.belo@jornaldocomercio.com.br);
 ■ **Editora de Economia:** Fernanda Crancio (fernanda.crancio@jornaldocomercio.com.br) ■ **Reportagem:** Loraine Luz e Bruna Suptitz

ARTIGO

As enchentes no RS e a face dolorosa do ESG

ANDREA PAMPANELLI

Doutora em Sustentabilidade e Engenharia pela Universidade de Cardiff/UK e pela Ufrgs, integrante da Comissão de Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, professora e consultora pela The Green Factory

O conceito de ESG (em português, Ambiental, Social e Governança), criado em 2004 no relatório "Who cares wins", produzido pelo International Finance Corporation (IFC), nasce quando se inicia um novo ciclo de mudanças do pensamento econômico, que põe em xeque os paradigmas ancorados nas ideias iluministas de Adam Smith e Karl Marx, de que a natureza é provedora infinita de recursos para a sociedade.

O termo se refere à análise dos três fatores intangíveis nas práticas de investimentos e tomada de decisão, considerando aspectos não-financeiros como marca, reputação, qualidade da governança e da gestão. Se a pandemia foi o grande marco no olhar das empresas sobre o ESG, considerando o valor sustentável do negócio, propósito e ética do bem comum, o que vivemos no Rio Grande do Sul torna ainda mais imperativo o debate.

Os gaúchos sentem na pele o impacto das mudanças climáticas, parte do "E" do ESG. A tragédia, que novamente devasta a vida das pessoas, com intensidade cada vez maior, nos

mostra uma face humana dolorosa. Frente a esse cenário, o que fazer?

Pensar na mitigação do sofrimento é prioritário. No entanto, ter a capacidade de se adaptar, enquanto pessoas e enquanto negócios, talvez seja o que vai nos diferenciar para viver neste que já chamamos de novo normal. Criar uma estratégia para entender que as catástrofes vão fazer parte das nossas vidas é condição para a sobrevivência. De "fazer menos mal" devemos "criar mais bem".

O clima precisa estar na agenda, com análise das condições e sistemas que impactam no negócio, impondo-se a capacidade de suporte dos sistemas naturais e humanos a outros tão relevantes quanto, como a prevenção à poluição e aplicação de tecnologias limpas. É claro que qualquer estratégia que venha a fazer parte dessa agenda deve primar pela máxima produtividade no uso dos recursos naturais e mínimo impacto ambiental.

As enchentes trazem o ESG da teoria para a prática. O "G" nos impulsiona a pensar no futuro, nos riscos, na ética das coisas; o "E" nos obriga a ter uma estratégia climática inovadora que contemple mitigação e adaptação, que pense em circularidade para minimizar a enormidade de materiais gerados pelo desastre; e o "S" nos mostra que não existe a possibilidade de ver um problema

sem considerar as pessoas e as suas necessidades.

Se tudo isso, por si, não é motivo suficiente para as empresas aderirem à agenda, quem sabe, a partir de agora, ao olhar para o nosso Guaíba, além de desfrutar da beleza e do pôr-do-sol, possamos entender o quanto o ESG é imperante na vida de todos.



Os gaúchos sentem na pele o impacto das mudanças climáticas, parte do "E" do ESG. A tragédia, que novamente devasta a vida das pessoas, nos mostra uma face humana dolorosa

EXPECTATIVAS

Esperança de que o Dia do Meio Ambiente de 2025 seja melhor

Especialistas que trabalham com o tema do meio ambiente no Rio Grande do Sul colaboraram de diversas formas na elaboração deste especial. Há artigos, entrevistas e insights nas páginas a seguir. Abaixo, eles também dizem o que esperam para o Dia do Meio Ambiente de 2025.

Andrea Pampanelli (autora do artigo ao lado):

"Eu gostaria de saber que o Rio Grande do Sul criou realmente um plano de resiliência climática que considerou efetivamente os principais riscos aos quais o Estado está submetido, com ações emergenciais já implementadas, de médio e longo prazo. E que tenhamos políticas públicas sérias, que olhem para o tema das mudanças climáticas com a seriedade que exige. Nós não podemos sair desta catástrofe da mesma forma que entramos."

Michelle Squeff, coordenadora-geral do capítulo Rio Grande do Sul, do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), Conselheira de Administração, CEO e Founder da Governança Orgânica:

"Gostaria de uma notícia assim: Governança climática em alta: pesquisa indica que aumentou o número de empresas que mapearam seus riscos, as medidas de adaptação e o custo para implementação dentro dos próximos

10 anos. O que o Brasil precisa é estabelecer uma política climática baseada em um dos inúmeros estudos disponíveis no setor."

Mariana Bonotto, professora na Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs, doutora em Administração (Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade):

"Gostaria de ver noticiado que as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024 aceleraram o processo de implementação das práticas ESG no meio corporativo e, se continuarmos com essa rapidez e eficiência, atingiremos todas as metas ambientais dos objetivos do desenvolvimento sustentável até 2030."

Maira Petrini, professora da Escola de Negócios da Pucrs e coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Sustentabilidade e Negócios com Impacto Social, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Negócios da Pucrs:

"Gostaria de ver toda essa mobilização que se materializa em iniciativas das empresas para reconstruir o RS mobilizada em financiamentos para adaptação à meta global vinculada ao Acordo de Paris, cujo objetivo é aprimorar a capacidade de adaptação do mundo, fortalecendo a resiliência e reduzindo a vulnerabilidade às mudanças climáticas."

05 de junho
Dia Mundial do
Meio Ambiente

PLÁSTICO
PRESERVA

Plástico: Preservando Vidas,
Construindo um Mundo Consciente.

A reconstrução sustentável do Rio Grande do Sul é mais que uma necessidade: é uma **responsabilidade coletiva**. Juntos, podemos transformar esse momento de adversidade em uma oportunidade para construir um **futuro melhor para todos**.

É a indústria do plástico otimista para se reerguer com inovação e sustentabilidade ambiental.

Nos siga: @sinplastrs @repenseprojeto

Sinplastrs



REPORTAGEM ESPECIAL

Gestão ESG com resultados ganha ainda mais urgência

Práticas especialmente de “E”, envolvendo transição energética e emissões atmosféricas, são cruciais para apagar o aquecimento global

LORAINÉ LUZ

Dado o ineditismo do evento climático extremo e a duração das inundações que atingiram o Estado, até o fechamento desta edição, um mês depois das chuvas mais volumosas, ainda não era possível mensurar completamente as consequências da catástrofe no Rio Grande do Sul. É fato, porém, que a dolorosa experiência, tão próxima de todos, aumenta o foco sobre as responsabilizações e a pressão por medidas efetivas que atenuem as causas dos desequilíbrios ambientais.

Para especialistas, o desastre socioambiental gaúcho coloca ainda mais urgência por resultados da chamada agenda ESG, tirando definitivamente essas práticas do mero discurso. “As empresas produzem praticamente tudo o que usamos e

descartamos. Esse ciclo desempenha um papel descomunal nas alterações climáticas globais”, afirma Maira Petrini, professora da Escola de Negócios e coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Sustentabilidade e Negócios com Impacto Social, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do RS (Pucrs). Ela pontua: “Muitas empresas estabelecem metas de redução de gases de efeito estufa, mas a maioria dessas metas contabiliza somente as emissões de produção da empresa e não as emissões associadas ao uso e descarte de produtos”.

Para a professora, esse é somente um exemplo de como as empresas precisam compreender mais claramente a sua responsabilidade. A média das empresas gaúchas que aderiram à pauta ESG ainda o fez de modo tímido, focando em projetos e não em estratégias do negócio.

“Estamos engatinhando no Estado. Há muitas iniciativas, mas não necessariamente estratégicas, são isoladas, descoladas do negócio. Projeto é importante? É, mas não é suficiente”, provoca.

Segundo Mariana Bonotto, professora na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do

Rio Grande do Sul (Ufrgs), doutora em Administração na área de Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade, as demandas de stakeholders e a mudança de comportamento dos consumidores pressionam para a necessária adoção das práticas ESG pelas empresas. “Não existirão negócios sem que haja vida. Não haverá vida se não mudarmos a lógica de produção e consumo. A responsabilidade de uma empresa sobre catástrofes do clima é diretamente proporcional às externalidades ambientais negativas por ela geradas”, alega.

Para a professora da Ufrgs, as maiores demandas do universo “E” são as práticas que envolvem água e energia, especialmente fatores relacionados à transição energética e às emissões atmosféricas em virtude justamente das mudanças climáticas. E isso exige fôlego financeiro: “De maneira geral, pode-se considerar que a esfera ambiental incorre num maior número de práticas com alto custo relacionado, especialmente porque muitas delas alteram o status quo da cadeia produtiva”, afirma.

A consultora Andrea Pampanelli, doutora em Sustentabilidade e Engenharia pela Universidade de Cardiff/UK e pela Ufrgs, lembra que, independentemente de catástrofe, todo



FREEPIK/DIVULGAÇÃO/JC

Especialistas dizem que todo negócio gera impacto climático, alguns mais, outros menos

O significado da sigla

ESG é um acrônimo para **Environmental, Social and Governance** - ou, em português, **ASG**, referindo-se à **Ambiental, Social e Governança Corporativa**. Suas práticas atrelam à geração de valor econômico, uma preocupação com questões ambientais, sociais e de governança corporativa, de modo que a empresa assume responsabilidades e compromissos com o mercado em que atua, seus consumidores, fornecedores, colaboradores e investidores.

A sustentabilidade tem de ser um valor genuíno das empresas

Um desastre climático sem precedentes como o que assolou o Estado redimensiona significados, incluindo a noção de sustentabilidade para o meio corporativo. Todo o contexto precisa acompanhar um novo patamar. É uma mudança de perspectiva, defendem especialistas.

“É ao mesmo tempo engarrafar e comercializar água da fonte - extraída da natureza - e promover tecnologias que contribuam para a limpeza dos oceanos”, exemplifica Michelle Squeff, coordenadora-geral do capítulo Rio Grande do Sul do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa).

As empresas só serão efetivamente relevantes na missão de reduzir seu impacto ambiental se atuarem de modo sistêmico. “Práticas sustentáveis ambiental e socialmente precisam ser adotadas de forma institucional, com foco na inovação de produtos e

processos internos e também olhando para a cadeia de fornecedores ao contratar serviços”, explica Maira Petrini, professora da Escola de Negócios da Pucrs.

É por isso que, ao olhar para o ESG, o pilar mais desafiador é o “G”, porque dele dependem os demais. É preciso mudar mentalidades. Especialistas apontam que o principal direcionador de boas práticas ambientais no Brasil são as leis - e não uma consequência da cultura organizacional real. Um propósito socioambiental genuíno por parte das empresas ainda não é a regra.

“Nossa legislação ambiental é boa, a fiscalização é que falha”, acrescenta Maira. Então, não basta. Segundo ela, nos países com os melhores exemplos, o que existe é uma combinação de Estado, de maturidade na mentalidade de empresas e de educação.

‘O nosso normal é agora extraordinário’, diz secretária estadual

Não há programações alusivas ao 5 de junho na Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul. Curiosamente, talvez nenhum outro Dia Mundial do Meio Ambiente do passado tenha sido capaz de provocar tamanha reflexão ou consciência ambiental como este ano.

Todo o governo gaúcho está voltado para uma missão inédita no País: reconstruir um Estado devastado por uma intempérie extrema, cuja intensidade é atribuída às mudanças climáticas, uma pauta global que culpa as ações do homem pelo aquecimento do planeta, entre outros usos inadequados dos recursos naturais. A catástrofe do início de maio encontrou uma secretária às voltas com ações demandadas pelas enchentes do ano passado, o que inclui, entre outras medidas, a criação de um Gabinete de Crise, melhorias no serviço prestado pela Sala de Situação e a promessa, para o segundo semestre, de um novo modelo hidrodinâmico

capaz de prever com bastante precisão quando da presença de chuvas mais expressivas no Estado. Segundo Marjorie Kauffmann, titular da pasta, o prazo previsto está mantido.

“Nós não paramos essas ações. Empenhamos milhões de reais nesta pauta, tanto para projetos como para melhorias nas estruturas de Defesa Civil. Nós ainda seguimos no processo da contratação de um serviço para a Sala de Situação que seja cada vez mais didático e protetivo. Porém, o nosso normal agora é extraordinário, temos de investir muito na melhoria das informações que precisamos receber. Fora isso, temos de reconstruir muitas cidades de forma a minimizar impactos de eventos assim. A pauta da resiliência foi ainda mais reforçada”, argumenta.

Segundo Marjorie, desde o ano passado, foram criadas 494 comissões municipais de mudanças climáticas, que têm recebido aporte técnico

e participado de encontros para entender esse novo momento. Também foram revistos 272 planejamentos de defesas civis municipais, como condicionante do repasse de fundo a fundo. Para ela, as ações tiveram resultados: “O alcance dos alertas foi muito mais expressivo dessa vez, mesmo considerando que se tratou de um desastre maior em volume e área”.

Um conselho científico foi estruturado dentro do Gabinete de Crise no ano passado. Em meados de maio, o governador, Eduardo Leite, anunciou a criação de um Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática. Marjorie explica que o grupo será aproveitado dentro da estrutura da Secretaria de Reconstrução agora.

“Os componentes deste conselho estão sendo consultados a todo tempo pelo governo do Estado. Mesmo que o Comitê ainda não tenha apresentado um cronograma, já há profissionais trabalhando.”

OPINIÃO

A relação entre a natureza e o progresso



“As empresas estão sendo demandadas a operar numa nova lógica. As oportunidades surgirão somente para aquelas que se adaptarem e inovarem diante do desafio.”

Mariana Bonotto, professora na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), doutora em Administração na área de Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade



“Já não basta uma empresa ser sustentável; deve ser resiliente e regenerativa. A responsabilidade vai além de mitigar efeitos adversos. É importante que isso venha acompanhado de uma mudança de cultura, e não como decorrência de uma obrigação legal.”

Michelle Squeff, coordenadora-geral do capítulo Rio Grande do Sul do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa)



“Em pleno 2024 ainda presenciamos projetos e propostas de lei para reduzir áreas de preservação de florestas, afrouxar regras de licenciamento ambiental e mecanismos de fiscalização. E as empresas ainda parecem não ter entendido que já é passado o momento de somente atender legislações ambientais e leis trabalhistas.”

Maira Petrini, professora da Escola de Negócios e coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Sustentabilidade e Negócios com Impacto Social, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Negócios da Pucrs



Dia do Meio Ambiente em Emergência Climática

É hora de ouvir e atender à voz dos povos originários, que protegem o planeta e preservam a biodiversidade, oferecendo esperança e inspirando a humanidade a viver em harmonia com a Mãe Terra.

HA'EVETE!

SEGUIMOS!



Unindo Culturas e Natureza

O Projeto Ar, Água e Terra é realizado com dez aldeias Guarani, em dez municípios do Rio Grande do Sul, abrangendo uma área de mais de três mil hectares nos biomas Mata Atlântica e Campos Sulinos/Pampas.

A equipe é composta por indígenas e não indígenas com diversas áreas de formação e atuação, utilizando uma metodologia de construção participativa, proporcionando a troca interdisciplinar e intercultural de saberes tradicionais, técnicas e práticas.

O projeto é realizado pelo **IECAM - Instituto de Estudos Culturais e Ambientais** - com o patrocínio da **Petrobras**, através do **Programa Petrobras Socioambiental**.

Entre as atividades do Projeto, com o objetivo central de alcançar a **gestão sustentável** dos territórios indígenas, destacam-se:

- + Realização de rodas de conversa, encontros, trilhas e oficinas envolvendo lideranças e comunidades escolares
- + Intercâmbio de saberes, sementes e mudas entre as áreas indígenas
- + Reconversão produtiva de áreas em roças tradicionais e agroflorestas visando a segurança alimentar
- + Viveirismo para a produção de mudas
- + Recuperação ambiental através do plantio de espécies vegetais nativas utilizadas pelos Guarani na alimentação, saúde, artesanato, habitações e em rituais
- + Etnomapeamento das aldeias participantes

ENTREVISTA

‘É o momento de a academia levantar e demandar o Estado’, aponta docente gaúcha

LORAINÉ LUZ

Os cientistas estão angustiados. No dia desta entrevista, o nível do lago Guaíba, em Porto Alegre, ainda estava mais próximo do recorde histórico do que do seu normal. No WhatsApp da professora de Física Marcia Barbosa, não paravam de chegar mais interessados em participar da iniciativa que ela e cerca de 50 cientistas estão montando sob a denominação Programa Gaúcho de Emergência Climática e Ambiental, que, associando cientistas e gestores públicos, busca oferecer todo o assessoramento para criação de mecanismos de enfrentamento sistemático e permanente.

Enquanto seus colegas, em subgrupos, trabalhavam no refinamento das ações em seis enfoques do programa (veja no quadro), ficou a cargo dela fazer chegar um resumo da proposta ao maior número de gestores públicos possível dentro do Estado - o prefeito de Porto Alegre e o governador gaúcho já receberam cópias. Segundo ela, o uso do conhecimento local e da capilaridade de universidades e institutos de pesquisa sairia mais barato do que aderir a uma consultoria internacional.

“O que vai doer no coração é ver pegarem esses recursos e reconstruir tudo igualzinho como era antes. Não adianta um prefeito resolver o seu cantinho, quando o problema é global”, avisa, garantindo que os cientistas locais sabem como fazer. “Tem de

construir estrada e ponte de outro jeito. A Castelo Branco esfarelou. Eu dou aula para Engenharia. Quando olhei aquilo, desejei que quem construiu não tivesse sido meu aluno.”

Marcia também está criando um banco de consultores (incluindo empresas privadas), se o projeto realmente se consolidar, como se pretende, virará uma fonte acadêmica para o governo. Em 2020, a docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) foi mencionada pela ONU Mulheres como uma das sete cientistas que moldam o mundo e foi eleita pela revista Forbes como uma das 20 mulheres mais influentes no Brasil.

Um ano antes, tinha sido eleita membro da Academia Mundial de Ciências. Em 2023, assumiu a secretaria de Políticas e Programas Estratégicos, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), cargo do qual pediu exoneração para retomar seus trabalhos de pesquisa no RS. Curiosamente, a água é seu foco há mais de 20 anos.

JC - A proposta que a senhora e colegas montaram parece ter o intuito de aproximar cientistas e tomadores de decisão. Por que essa aproximação ainda é algo a ser conquistado?

Marcia - Nós temos algumas dificuldades. O meio acadêmico está soterrado de atividades internas. Só foi possível juntar esses mais de 50 pesquisadores de maneira tão rápida porque não estão fazendo suas



JULIAN DUFORT/DIVULGAÇÃO/JC

Professora Marcia critica que recursos sejam usados para reconstruir como era antes

atividades cotidianas em função da enchente. A gente teve tempo de pensar. Há uma angústia. A gente já avisa há muito tempo que vai ter enchente e ninguém ouve. É difícil entender esse prognóstico dos pesquisadores de clima porque afirmamos que vai ter enchente mas não sabemos dizer exatamente quando. Isso é parte do jogo da ciência, ela não é linear. Então, esse diálogo é difícil. O político opera na lógica dos quatro anos. Por outro lado, a academia responde muito à provocação. Ela fica esperando que

o Estado venha demandar dela alguma coisa. E agora consegui convencer meus colegas de que é o momento de a academia levantar e demandar o Estado.

JC - De fato, qualquer cientista pode dizer “nós avisamos”. Mas como a senhora vê a capacidade de comunicação da academia?

Marcia - No Brasil, o trabalho na universidade é massacrante, comparado com qualquer outro lugar no mundo. Nos EUA e na Europa, o suporte ao trabalho cotidiano de um

pesquisador é imenso. No Brasil, os docentes precisam fazer um monte de tarefas que lá fora são feitas por técnicos. A gente tem pouca gente para ajudar. Na área da comunicação, então, nem se fala. E cientista no geral, no mundo inteiro, não faz boa comunicação. Visitei um instituto no Canadá que nem dá aula, só faz pesquisa. Os cerca de 40 pesquisadores passam o dia só fazendo pesquisa. E eles têm 20 pessoas para trabalhar só com a área de comunicação. Nós não temos formação. Eu sou uma física teórica. Para fazer comunicação, eu teria de receber formação. Tem quem consiga falar com a imprensa, com o público, achar um tempo para fazer divulgação, mas não é da nossa natureza. E ainda tem um grande desafio: para o cientista, a precisão é fundamental. Se me perguntarem quando vai ser o próximo evento, a resposta científica começaria falando das equações não lineares... Entendeu? A resposta que o cientista tem de dar é tão ofuscante que ela acaba impedindo a comunicação.

JC - Sua mensagem com a proposta do programa é clara...

Marcia - A mensagem que a gente está tentando dar aos políticos é que precisamos mudar a forma de construir as cidades, de fazer agricultura e oferecer serviços. Mas aí vem outra questão: isso não vai aparecer em quatro anos. Entendeu o problema? O cientista diz que vai precisar investir tempo e dinheiro em algo que só lá adiante vai render aplauso. É como quem construiu o muro da Mauá. Deve ter sofrido crítica imensa e só agora mostrou a importância. Requer uma visão de política de Estado, e não partidária.

JC - O que precisa é cientista e tomador de decisão juntos...

Marcia - Sim. Eu gosto de brincar que a gente precisa de ciência e consciência. Se esse desastre servir para a gente se preparar para quando vier a seca, se servir para que os gestores ouçam mais a comunidade científica, eu já sinto minha esperança ser abraçada. Mas a comunidade científica precisa ter coragem de gastar seu tempo com isso. Há uma resistência. É adoravelmente confortável ficar fazendo ciência sem ninguém atrapalhar a gente. Desculpa dizer isso, mas é verdade. Diante de um problema brutal, a gente precisa reservar esse tempo e devolver para a população que paga nosso salário esse conhecimento em prol de algo que tenha resultado.

Resumo da proposta

Montado por pesquisadores de universidades do Estado, o Programa de Emergência Climática e Ambiental RS tem dois grupos de serviço: o de monitoramento, análise de riscos e alertas; e o de adaptação, mitigação e resiliência de alerta e de adaptação.

Do primeiro grupo fazem parte:

▶ Serviço Climático, para ampliar o monitoramento meteorológico, hidrológico e oceânico, por meio da expansão da base de dados e do desenvolvimento de modelos de alta precisão, bem mais fidedignos, bem como o emprego de cenários futuros (2040), gerados com modelos já

validados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

▶ Serviço de Impactos na Capacidade Estadual de fornecimento de água, de saneamento básico e energia, tanto para abastecimento humano, como para a manutenção de serviços essenciais.

▶ Serviço de Construção de Capacidades, para treinar, capacitar e formar os recursos humanos estatais, privados e mistos com o propósito de atuar em ações de adaptação e construção de resiliência frente a emergências climáticas.

Do segundo grupo fazem parte:

▶ Serviço de Educação Climática e Ambiental, que visa tanto a disseminação de informação científica e conhecimentos gerais sobre as mudanças do clima em curso assim como preparar a população para situações de emergências, como evacuações e deslocamentos rápidos e forçados.

▶ Serviço de Infraestruturas Resilientes é um escritório de projetos para o desenho de novas cidades, urbanismo e edificações bem como de projetos de relocação ou reconstrução de prédios, estradas, pontes e sistemas de água e esgoto

usando tecnologias sustentáveis e de baixo custo. Também daria apoio a empresários, particularmente a microempresas.

▶ Serviço de Proteção à Terra, Ordenamento Territorial e Produção de Alimentos com Base Ecológica, para orientar ações integradas na proteção e na restauração da vegetação nativa florestal e não florestal por meio de Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente e restrições para autorizações de supressão, além da promoção de paisagens agrícolas mais resistentes, resilientes e regenerativas, a partir de princípios ecológicos.

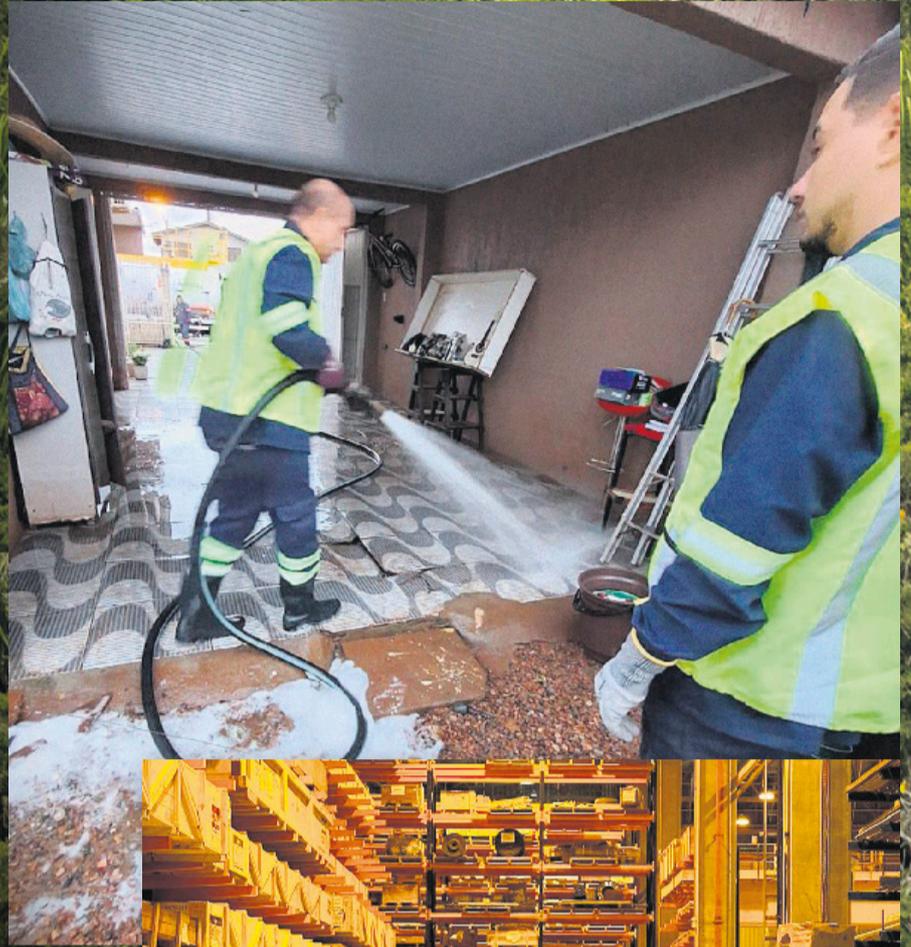
HOC

Ser sustentável é CUIDAR DO RS.

5 de junho
Dia Mundial do Meio Ambiente

A realidade do Rio Grande do Sul desperta a questão sobre como o meio ambiente influencia na vida das pessoas. Nesse momento difícil, criamos o programa social Fibra do Bem, que reúne medidas para reduzir os efeitos gerados pelas chuvas na sociedade gaúcha.

Além de cuidar das pessoas, também precisamos proteger o planeta. Nós, da CMPC, contribuimos com diversas ações práticas de sustentabilidade, que respeitam os recursos naturais, promovem a responsabilidade social e o relacionamento sólido com as comunidades vizinhas. Por isso, propomos uma reflexão: após tudo isso, que novos comportamentos você pretende adotar para cuidar do meio ambiente e do Rio Grande do Sul?



Acompanhe as nossas redes sociais:



/CMPCBrasil

Saiba mais em

www.cmpcbrasil.com.br

FIBRA DO BEM cmpc 

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Porto Alegre, Quarta-feira, 5 de junho de 2024

REPORTAGEM ESPECIAL

Retratos de um capítulo histórico para as marcas do RS

Como empresas com reconhecido comprometimento ambiental reagiram à maior tragédia climática do Rio Grande do Sul? Confira a seguir algumas ações que envolveram apoio à comunidade e aos colaboradores

RENNER

Impacto

A empresa chegou a fechar suas unidades (4% do total nacional), porque ficaram sem acesso. Não houve inundação significativa de lojas ou da sede administrativa, e os locais de armazenagem ficam em outros estados. Em torno de 400 colaboradores (dos 5 mil no RS) foram afetados, direta ou indiretamente.

Respostas

Prestou suporte financeiro, social e psicológico aos colaboradores. Apoiou resgates (cerca de 1 mil). Flexibilizou a presença nos locais de trabalho, para que funcionários se dedicassem a apoiar famílias. Antecipou, mediante pedidos, 13º salário e férias. Via Defesa Civil, Sesc e Cufa, doou mais de 147 mil peças, outras 280 mil estavam previstas. Distribuiu 31 toneladas de alimentos, mais de 110 mil litros de água, cerca de 28 mil cobertores e roupas de cama e banho.

BRASKEM

Impacto

As unidades da Braskem no Polo Petroquímico de Triunfo não foram alagadas, mas no início de maio a companhia fez uma parada programada das suas plantas, em função do possível desabastecimento de água e porque as principais vias de acesso ao Polo foram interditadas. As plantas em outros estados conseguiram compensar parcialmente a perda em volume de produção gaúcha.

Respostas

Apoiou a Defesa Civil do Estado com quase 500 pallets e sacos plásticos de grande capacidade para as mais diferentes demandas. Somando as ações de emergência e a produção ainda em andamento, são 240 mil sacos (em parceria com Plastimarau e FFS Filmes). Outros quase 400 pallets foram destinados à Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Montenegro, para atender a demanda de servirem como camas, entre o piso e o colchão, para desabrigados.

TRAMONTINA

Impacto

A infraestrutura das sete fábricas gaúchas não foi afetada. Em 3 de maio, a empresa concedeu férias coletivas para 4 mil funcionários de duas unidades fabris localizadas em Carlos Barbosa. A medida foi tomada para evitar deslocamentos em áreas de risco. O retorno foi no dia 16. As fábricas Tramontina Multi e Eletrik, também em Carlos Barbosa, e Tramontina Farroupilha e Garibaldi, nos municípios homônimos, seguiram operando. No caso da Multi, 10% do efetivo foi liberado para férias ou até dia 16. A unidade Madeiras, em Encruzilhada do Sul, enfrentou restrições no fornecimento de matéria-prima. Houve uma queda nos níveis de abastecimento de hidrogênio e nitrogênio, componentes do processo produtivo.

Respostas

Ajudou funcionários impactados com recursos financeiros, cestas básicas, produtos de higiene e limpeza. Até 16 de maio, somou 65 toneladas de donativos, que foram direcionados para o Banco de Alimentos de Porto Alegre, 130 mil litros de água, distribuídos também no Banco de Alimentos e no Hospital Santa Casa. Contribuiu com mais de 40 mil ferramentas, 38 mil itens de higiene, além de 200 lavadoras de alta pressão para auxílio na limpeza das regiões afetadas, e móveis plásticos para abrigos.



Rede de vestuário, a Renner já entregou 147 mil peças de roupas aos atingidos pelas cheias e prevê um total de 280 mil itens ainda

MARCOPOLO

Impacto

Com unidades fabris em Caxias do Sul, a Marcopolo teve um único registro de alagamento no setor de chicotes, no qual a calha não aguentou a força da chuva. Ainda assim, a empresa suspendeu a produção de forma preventiva, nos dias 2 e 3 de maio, em prol da segurança dos funcionários. A operação foi retomada no dia 6, em uma situação próxima à normalidade. O período de suspensão causou pequenos e pontuais impactos no volume de produção e entregas, sem grandes transtornos. Por outro lado, o evento climático extremo impactou a vida dos colaboradores.

Respostas

Quase 20 dias depois da enchente histórica, os colaboradores que moram em bairros mais afetados pelas chuvas continuavam acompanhados diariamente pela equipe de assistência social da empresa, inclusive com atendimento psicológico. A Fundação Marcopolo também apoiou esses profissionais com atendimento de emergência, o que inclui a compra e doação de itens básicos, como alimentos, cobertores e roupas. A fundação ainda anunciou a doação de R\$ 5 milhões de recursos próprios para os atendimentos de famílias. E convidou outras entidades e empresas para apoiarem o movimento.

CMPC

Impacto

A unidade industrial de Guaíba não foi atingida, mas no momento crítico reduziu sua capacidade de produção em 20%, por segurança. Dia 24 de maio, as operações já estavam 100%. Pelo menos 165 colaboradores foram atingidos (12% do quadro). Por alguns dias, a madeira (matéria-prima) chegou apenas por via rodoviária, sem usar a hidrovía da Lagoa dos Patos.

Respostas

Criou uma campanha global em que os mais de 25 mil colaboradores são incentivados a doar. Para cada real arrecadado, a companhia se compromete a doar mais dois. Por meio do programa social Fibra do Bem, disponibilizou 100 mil itens de higiene, 5 mil cestas básicas, 1 mil colchões, além de alimentos, materiais de limpeza e a instalação de banheiros químicos. Em Guaíba, instalou um gerador elétrico para a retomada do fornecimento de água potável aos cidadãos. Voluntários da empresa ajudam na limpeza e na organização de abrigos e residências. O terminal portuário da empresa ficou disponível para envio de oxigênio aos hospitais de Porto Alegre.

PROAMB

Impacto

Os estragos em estradas atrapalhou a chegada de resíduos destinados à planta de coprocessamento em Nova Santa Rita. Na primeira quinzena de maio, houve atrasos e alterações de prazo.

Respostas

Criou a Campanha RS, para ajudar as indústrias. Dois caminhos foram adotados:

- Dedução tributária para Empresas no Lucro Real: permitindo a elas recuperarem até 34% dos valores investidos em matéria-prima e de produtos invendáveis.
- Serviço de cuidado completo de todo o processo, desde a descaracterização e a destinação final dos bens inservíveis, como também da assessoria jurídica e tributária nesses trâmites.

Estamos de mãos dadas pelo *meio ambiente e pela nossa gente.*



corsan.com.br

No mês do Meio Ambiente, queremos mostrar como cada gota de água passa por um tratamento rigoroso antes de chegar até você.



PRIMEIRO, A ÁGUA É COLETADA DE RIOS, LAGOS E MANANCIAIS



NAS UNIDADES DE TRATAMENTO, A ÁGUA É PURIFICADA



EM CADA UNIDADE SÃO FEITOS MAIS DE 500 TESTES DIÁRIOS



A ÁGUA TRATADA É ENVIADA ÀS CASAS, ESCOLAS E EMPRESAS



APÓS O USO, O ESGOTO É TRATADO ANTES DE SER DEVOLVIDO À NATUREZA

Entender esse ciclo é fundamental para valorizarmos cada gota. Vamos juntos cuidar da nossa água e do nosso planeta.



Nossa natureza movimentada *o Rio Grande.*

ENTREVISTA

‘Podemos enfrentar situações assim em melhores condições’, avalia geólogo

LORAINÉ LUZ

Geólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grandedo Sul (Ufrgs), doutor em Ecologia de Paisagem, coordenador do Atlas Ambiental de Porto Alegre e reconhecido internacionalmente por seu profundo conhecimento sobre solo, subsolo, rios, clima, vegetação, relevo, fauna e a relação disso tudo com as pessoas, não é de agora que Rualdo Menegat alerta para o impacto das ações humanas no planeta e para a urgência da adoção de práticas sustentáveis, como economia circular, agricultura ecológica e urbana, além da transição energética para fontes renováveis.

Ainda assim, o desastre socioambiental gaúcho impressionou o pesquisador, a começar pela volumosa precipitação espremida entre um centro de alta pressão e uma frente fria por cinco dias, que depois escorreu desde o planalto trazendo encostas e se transformando em torrentes violentas de altíssima velocidade. Sabedor de que toda a área do Delta do Jacuí e do norte da Capital são regiões suscetíveis, o mais surpreendente ainda viria depois: um lago de inundação deltaica, ocupando quase o dobro da área do próprio Guaíba. “E não escoava porque se comunica com outra região hídrica muito importante, de lagos e lagoas interconectados, que a gente chama de mar de dentro, um dos maiores complexos lacustres costeiros da América do Sul e do mundo”, explica.

Mas ele acrescenta outro ponto alarmante: a debilidade estrutural para enfrentar o fenômeno. “Grande parte da tragédia que aconteceu não foi só pelo volume de águas. Nós nos vimos sem capacidade para enfrentar”, aponta. “Não foi o sistema de proteção que colapsou, foi a manutenção. Se tivesse funcionado, cerca de 70% do impacto na Capital teria sido amainado. Se somos uma cidade que a vida inteira lidou com enchentes, isso jamais poderia ter acontecido”, lamenta.

JC - O que o RS viveu trouxe algum elemento novo ao conhecimento de pesquisadores como o senhor?



Professor Rualdo Menegat acredita que não tenha sido o sistema de proteção que colapsou, mas sim a falta de manutenção

Menegat - Isso tudo nos mostrou de modo inequívoco as conexões. Temos uma vida urbana muito atávica, com pouco tempo para ver as conexões. Como uma maré de tempestade lá em Rio Grande influencia o escoamento do Guaíba. Como grandes chuvas lá no Planalto influenciam Porto Alegre. Toda essa conexão foi muito impressionante para nós. Então, a Capital se descobre como um lugar de encontros das águas de todo um sistema. Onde a cidade se localiza é um patrimônio hídrico. Mas que, ao mesmo tempo, requer muito cuidado e atenção, por sua altíssima suscetibilidade a fenômenos como este.

JC - O senhor avalia que algo ainda pior pode acontecer ou esse desastre já subiu a régua o suficiente por algum tempo?

Menegat - O aquecimento global vem sendo acompanhado há mais de 30 anos. E há 15 anos se vem dizendo de forma mais enfática que o aquecimento leva a uma intensificação e a uma maior frequência dos fenômenos climáticos. Quais fenômenos no caso de Porto Alegre? Enchentes! 1984, 2015, 2023... Não faltaram enchentes por aqui e na Região Metropolitana, não como a de 1941, mas também trazendo muitas perdas. Se há uma previsão de mais frequência e intensidade, então, para o futuro,

temos de esperar por mais enchentes assim. Meu pai passou pela enchente de 1941. A inundação atual é a minha primeira e é a primeira do meu filho, mas meu filho poderá passar por quatro inundações dessas no futuro. Precisamos dizer isso para que tenhamos coragem de enfrentar, ter capacitação e infraestrutura. É o momento de refletir: não serão fatalidades. Porque já se sabe que vai acontecer.

JC - Há um consenso sobre ter de reconstruir o Estado sobre outras bases, no sentido de tornar as cidades mais resilientes. Para o senhor, que bases têm de ser essas?

Menegat - Nas regiões do Planalto e no Vale do Jacuí, aumentou ao máximo a área de terras agricultáveis, com desmatamento, calhas de rios assoreadas, supressão de banhados, que são muito importantes na infiltração de águas. A base ecossistêmica se desestruturou. Por isso a água ganha um escoamento em maior volume e velocidade incríveis. Também me refiro ao modo como ocupamos regiões de nascentes, de matas ripárias e ribeirinhas. As malhas urbanas se expandiram na direção dos rios. Há 20 anos, por exemplo, Eldorado do Sul era uma vila, não existia assim. E não só cidades, importantes estruturas também. A Rodovia do

Parque está na margem inundável do Rio do Sinos. Um estádio de futebol, a Arena, na porção inundável do Gravataí. Isso tudo agrava as consequências de um fenômeno climático. Como isso pode acontecer? Onde estão os planos diretores? Temos de pensar o seguinte: pode chover 800mm mas os riscos de colapso precisam ser reduzidos. E para isso temos de olhar de outro modo para a agricultura, para a expansão urbana desenfreada, que constrói estruturas em locais muito suscetíveis.

JC - O senhor pesquisou cidades antigas, como Machu Picchu. O que elas têm a nos ensinar nesse momento?

Menegat - É uma pergunta oportuna. O quanto nós observamos um lugar, suas características, belezas e perigos? De um modo geral, a gente vive como se nada pudesse nos oferecer perigo. E construindo de forma pouco refletida, passamos a ter alto risco. Se sabemos que existe o risco de inundação, devemos não nos expor. Mas fizemos o contrário. Toda a estratégia inca foi justamente a de não se expor ao perigo. Se perguntar para mim onde fazer uma aldeia nos Andes, eu, como geólogo, vou te dizer: jamais a coloque nos fundos dos vales. Os incas encravaram as cidades no alto de rochedos, porque

encontraram uma forma inteligente de fazer isso. É demonstrativo de uma cultura que conhece profundamente o local. E mostra como nós, aqui, nos desligamos de aspectos importantes da nossa paisagem. Fomos muitos prepotentes.

JC - Essa mudança de olhar, de cultura, passa pela educação?

Menegat - Claro. A educação ambiental desapareceu das escolas. Durante 20 anos, me dediquei à educação ambiental nas escolas municipais. Implantamos laboratórios de inteligência urbana, que reproduziam por maquetes o bairro onde a escola se localizava. Formamos professores com base no Atlas Ambiental de Porto Alegre. A gente ia a campo com as crianças, mostrar os arroios. Isso ajudava a comunidade a construir a inteligência social do lugar. Isso é muito importante. O que vimos nessa enchente é que a Capital não tem uma inteligência do lugar. Falta educação e falta gestão ambiental. A nossa drenagem urbana tem que estar funcionando. Nossos arroios em cabeceiras e comunidades estão atulhados de resíduos sólidos, são verdadeiros valões. Não tem limpeza. Isso me dá vergonha. Porque é indigno.

JC - Essa catástrofe deixa lições duras. O senhor está esperançoso ou preocupado com o futuro?

Menegat - Isso é uma questão fundamental. O mais importante a aprender é que a sociedade não pode se prostrar, como se isso fosse uma fatalidade. O desastre aconteceu por uma grande quantidade de água sim, mas também pela nossa debilidade de infraestrutura e proteção. Nós podemos enfrentar situações assim em melhores condições. Temos conhecimento. Uma sociedade para o século XXI tem de ser capaz de encarar essa realidade e ser mais proativa, capaz de se proteger. E proteger significa respeitar a natureza e suas dinâmicas, tendo uma vida que se conecta com o lugar onde se está.

JC - Então, cada um de nós pode fazer movimentos nesse sentido?

Menegat - Podemos e devemos. É o momento de cada um olhar à volta, ver que vulnerabilidades existem e procurar saná-las. E isso inclui até a árvore em frente a minha casa. Temos de cuidar dela, ela tem um papel. Temos de superar a ideia de que a cidade é inimiga da natureza. Quando respeitamos a natureza, ela nos protege. Francis Bacon disse algo muito sábio em 1620: “Se queres vencer a natureza, obedeça-a”. Essa é uma grande frase para esse momento.



Pensar a cidade

Bruna Suptitz

contato@pensaracidade.com



Além da edição impressa, as notícias da coluna Pensar a Cidade são publicadas ao longo da semana no site do JC.

jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade



Mudanças climáticas: a pergunta que deve ser feita

Aquecimento do planeta impactou a intensidade do fenômeno climático no Estado, e a fragilidade transformou o evento em tragédia

A pergunta que deve ser feita não é “isso foi provocado por mudança climática?”, e sim “como as mudanças climáticas alteraram a possibilidade e a intensidade desse tipo de fenômeno extremo?”. A máxima é da pesquisadora Friederike Otto, uma das responsáveis pela iniciativa “atribuição global do clima” (World Weather Attribution - WWA), colaboração internacional de cientistas para a análise de eventos climáticos. A lógica é entender o impacto que a mudança no clima tem sobre os fenômenos, pois não há mais margem para negar que está acontecendo.

Assim como em outros anos com registro de enchentes no Rio Grande do Sul, o período entre o inverno de 2023 e o outono de 2024 está sob influência do El Niño, fenômeno marcado pelas temperaturas mais altas e chuvas em excesso no sul do continente americano. Não se trata, portanto, de ignorá-lo, mas sim compreender a relação que tem com a mudança do clima. Pesquisadores do Brasil, do Reino Unido, da Suécia, dos Países Baixos e dos EUA participaram de estudo de atribuição

da WWA, divulgado na segunda, que apontou a maior probabilidade e “um aumento de intensidade de 6% a 9%” das chuvas que causaram enchentes no Estado entre o fim de abril e o mês de maio devido ao aquecimento global.

E um evento climático extremo, ao encontrar fragilidades sociais e humanas no caminho, se transforma em tragédia. Moradias em áreas de risco, falta de estruturas de proteção ou de manutenção das existentes, ausência de alertas adequados e de planos de recuperação são fatores que constituem o desastre. É o cenário gaúcho no momento. Até ontem, 172 mortes estavam confirmadas pela Defesa Civil, 476 municípios registraram danos e mais de 2,5 milhões de pessoas foram afetadas de alguma maneira. O prejuízo para a biodiversidade é incalculável, com rios contaminados e a perda da mata, de plantações e de animais.

“Para minimizar perdas e danos, o mundo precisa estar mais bem preparado”, aponta artigo publicado em dezembro passado pela WWA com análise sobre as “condições meteorológicas extremas” de 2023 e projeção do cenário para 2024. Governos, iniciativa privada e sociedade devem, em conjunto, pactuar caminhos para a retomada da vida nas cidades e da relação do ser humano com a natureza que considere o novo normal climático.

Lutz e o alerta cinquentenário sobre as inundações

“As advertências sempre mais dramáticas da atureza de nada valem. Insistimos no consumo de nosso futuro”, diz o texto assinado em 1974 pelo ambientalista gaúcho José Lutzenberger. A enchente que atingiu parte do Rio Grande do Sul naquele ano (com maior intensidade em Santa Catarina) motivou a escrita do artigo “Inundações, suas causas e consequências”. Passados 50 anos, a imagem de Lutz estampa o edifício do Instituto de Previdência do Estado, em Porto Alegre, pintado pelo artista Kelvin Koubik. Do alto ele parece observar sua cidade natal arcar com as consequências do descaso com a natureza. O texto está disponível no site da Fundação Gaia.



GUSTAVO MANSUR/PALÁCIO PIRATINI/DIVULGAÇÃO JC

Imagem que marca



GLOBONEWS/REPRODUÇÃO/JC

Cavalo Caramelo, resgatado no início de maio em Canoas, é o animal que simboliza para o RS a crise globalmente representada pelo urso polar

Por anos o aquecimento global foi entendido como uma realidade distante no espaço e no tempo. Quando o assunto vem à tona, a imagem que ilustra é muitas vezes a de um urso polar se equilibrando num resquício de gelo enquanto o restante do habitat derrete no seu entorno. A cena é válida, mas o problema não é apenas esse.

O aquecimento global realmente provoca o derretimento das geleiras polares, prejudicando a manutenção da biodiversidade dessa parte do planeta e elevando o nível do mar – o que ameaça territórios insulares (ilhas) e áreas costeiras de todo o mundo. Mas pensar nisso remete a um cenário distante no espaço e no tempo, um futuro difícil de materializar.

Reflexo de um mundo com temperaturas mais altas, a mudança



KT MILLER/POLAR BEARS INTERNATIONAL/AFP/JC

nos padrões do clima a longo prazo mostra seus efeitos de formas até então não imaginadas, num futuro que chegou antes do esperado.

Na catástrofe que o Rio Grande do Sul enfrenta, muitas cenas marcam a tragédia. E um animal também aparece

como personagem: o “cavalo Caramelo”. Equilibrado no telhado de uma casa cercada por água e lama da enchente na cidade de Canoas, o cavalo já se tornou símbolo de que a crise climática, que é global, tem consequências – e aparência – locais.

Anos mais quentes

Em 2015 o mundo registrou pela primeira vez temperatura média 1°C acima do nível pré-industrial. Em 2023, 1,45°C, muito próximo do 1,5°C estabelecido pelo Acordo de Paris como limite a ser atingido até o fim do século.

Quando se fala de aumento da temperatura, a referência é a média até o período pré-industrial (para a ONU, entre 1850 e 1900). A partir de então, aumentou a emissão de gases poluentes na atmosfera devido ao uso de combustíveis fósseis na indústria, nos transportes, por exemplo.

A concentração desses gases intensifica o efeito estufa, processo natural do planeta Terra para reter o calor necessário às condições de vida. O excesso de emissões provoca o aquecimento da atmosfera e dos oceanos.

Aumento médio da temperatura na superfície do planeta (em comparação ao nível pré-industrial 1850-1900)

2023	1,45 °C
2022	1,15 °C
2021	1,1 °C
2020	1,2 °C
2019	1,1 °C
2018	1 °C
2017	1,1 °C
2016	1,1 °C
2015	1 °C

FORNE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM DADOS DA ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL (OMM) E DO INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET)

A temperatura média mais alta impacta fenômenos climáticos, provocando mudanças nos padrões até então conhecidos. Ondas de calor extremo, secas prolongadas e inundações devastadoras são consequência disso.

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Porto Alegre, Quarta-feira, 5 de junho de 2024

ARTIGO

Construir um futuro sustentável é uma necessidade urgente

MANOEL LISBOA

Consultor do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado do RS (Sinplast-RS) pela Valorização do Plástico

Enfrentamos um momento de profunda reflexão e ação decisiva. O que estamos vivendo no Rio Grande do Sul é alarmante e o nosso dever agora é responder com responsabilidade e inovação. É imperativo que, ao iniciarmos a reconstrução, pensemos e ajamos de maneira sustentável. Precisamos começar diferente, fazer diferente, e fazer agora com os olhos no futuro. Temos uma oportunidade única de reimaginar nossas cidades, de reconstruir não apenas com tijolos e cimento, mas pelo viés

da sustentabilidade.

No RS, temos um setor forte que fala há décadas sobre esse tema, que luta por mais espaço para o debate, que estuda e busca tecnologias pensando em um mundo melhor. É no nosso Estado que reunimos a segunda maior concentração de indústrias brasileiras do plástico, representando 10% dos empregos do setor no Brasil. É um setor produtivo atento a um presente e a um futuro melhor para as pessoas e para o meio ambiente.

Mas, diante de toda essa catástrofe, pergunto: será mesmo inteligente proibir o plástico no dia a dia das pessoas como temos visto na caneta de muitos parlamentares? Ou até mesmo divulgar inverdades

sobre esse material nas redes sociais em troca de likes? Antes de continuar aplaudindo esse tipo de ação, pense se, nas últimas semanas, você não usou pelo menos um item descartável de plástico para ajudar a algum desabrigado ou até mesmo para consumir água potável? Imagine, por alguns segundos, como teria sido a fase dos salvamentos das pessoas sem a proteção oferecida pelo plástico? E agora você acha que seria possível recuperar nosso Estado sem o uso desse material?

Pois então, neste Dia Mundial do Meio Ambiente, nossa proposta é que estejamos todos unidos, em uma só voz, e responsáveis por uma retomada de forma sustentável. Somos um setor

produtivo, assim como todos os outros, que precisa de forças para reerguer nossas indústrias e está disposto a fazer diferente. Precisamos trabalhar no replanejamento urbano e em construções resilientes, na gestão eficiente da água, com sistemas de coleta e armazenagem, e prever o reflorestamento e a recuperação de ecossistemas, sem falar na energia renovável e na economia circular, que são temas que não podem mais sair da pauta. E mais do que isso, é urgente a educação e o envolvimento de todos nas práticas sustentáveis, reciclando e dando o destino correto aos materiais.

A verdade é que o plástico está aí, colaborando em todos os níveis para essa reconstrução. Por isso, como indústria, vamos nos reerguer buscando o apoio dos cidadãos e dos governantes para olharmos juntos para o futuro com esperança e determinação. Cada decisão tomada hoje moldará o amanhã. O Plástico Preserva! Dê o destino correto a ele.



Pense se, nas últimas semanas, você não usou pelo menos um item descartável de plástico para ajudar a algum desabrigado ou até mesmo para consumir água potável? Imagine como teria sido a fase dos salvamentos das pessoas sem a proteção oferecida pelo plástico?

PROJETO

Atenção a grupos indígenas em meio à catástrofe climática

As minorias indígenas tiveram também um enorme impacto em suas aldeias e modo de vida, intimamente ligados ao respeito à natureza

Em meio à maior tragédia climática vivenciada pelo Rio Grande do Sul, o Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (Iecam), que retomou, em janeiro de 2024, o Projeto Ar, Água e Terra, com o patrocínio da Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental, foi mais uma entidade que atuou para auxiliar a sociedade. Desde o início das enchentes, o Instituto passou a dar assistência, junto com outros grupos indigenistas, aos povos Mbya Guarani, Kaingang, Xoklermg e Charrua, localizados em mais de 39 municípios gaúchos que foram diretamente impactados pelas águas.

Historicamente desassistidas, as minorias indígenas tiveram também um enorme impacto em suas aldeias e modo de vida, intimamente ligados ao respeito à natureza. Em alguns casos, aldeias inteiras foram destruídas, pelas águas e até mesmo por ações do próprio Estado que buscava

restauração das estradas ou vias de acesso rodoviários. Alimentos, roupas, água potável e demais itens de primeira necessidade foram e seguem sendo enviados às comunidades. No RS, a situação fundiária é de 48 TI, sendo 21 da etnia Guarani (FUNAI, 2019). O Projeto Ar, Água e Terra envolve 10 aldeias localizadas nas regiões metropolitana de Porto Alegre, Central e Litoral norte, médio e sul do Estado.

Embora o Projeto seja focado no trabalho direcionado à etnia Mbya Guarani do RS, neste momento, a atuação foi ampliada a todas as etnias atingidas no Estado. As equipes não indígenas e indígenas do projeto estão no mapeamento diário das demandas emergenciais destes povos. Além disso, ações com demais entidades estão sendo organizadas para chamar à atenção para a urgente necessidade de recuperação ambiental das áreas degradadas dos biomas Mata Atlântica e Pampas Sulinos. A 19ª edição do Atlas da Mata Atlântica, publicada em meados de maio deste ano, divulgou que resta apenas 10% de Mata Atlântica original no RS.



Instituto de Estudos Culturais e Ambientais (Iecam) passou a dar assistência aos povos Mbya Guarani, Kaingang, Xoklermg e Charrua



Projeto Ar, Água e Terra envolve 10 aldeias das regiões metropolitana de Porto Alegre, Central e Litoral norte, médio e sul do Estado